

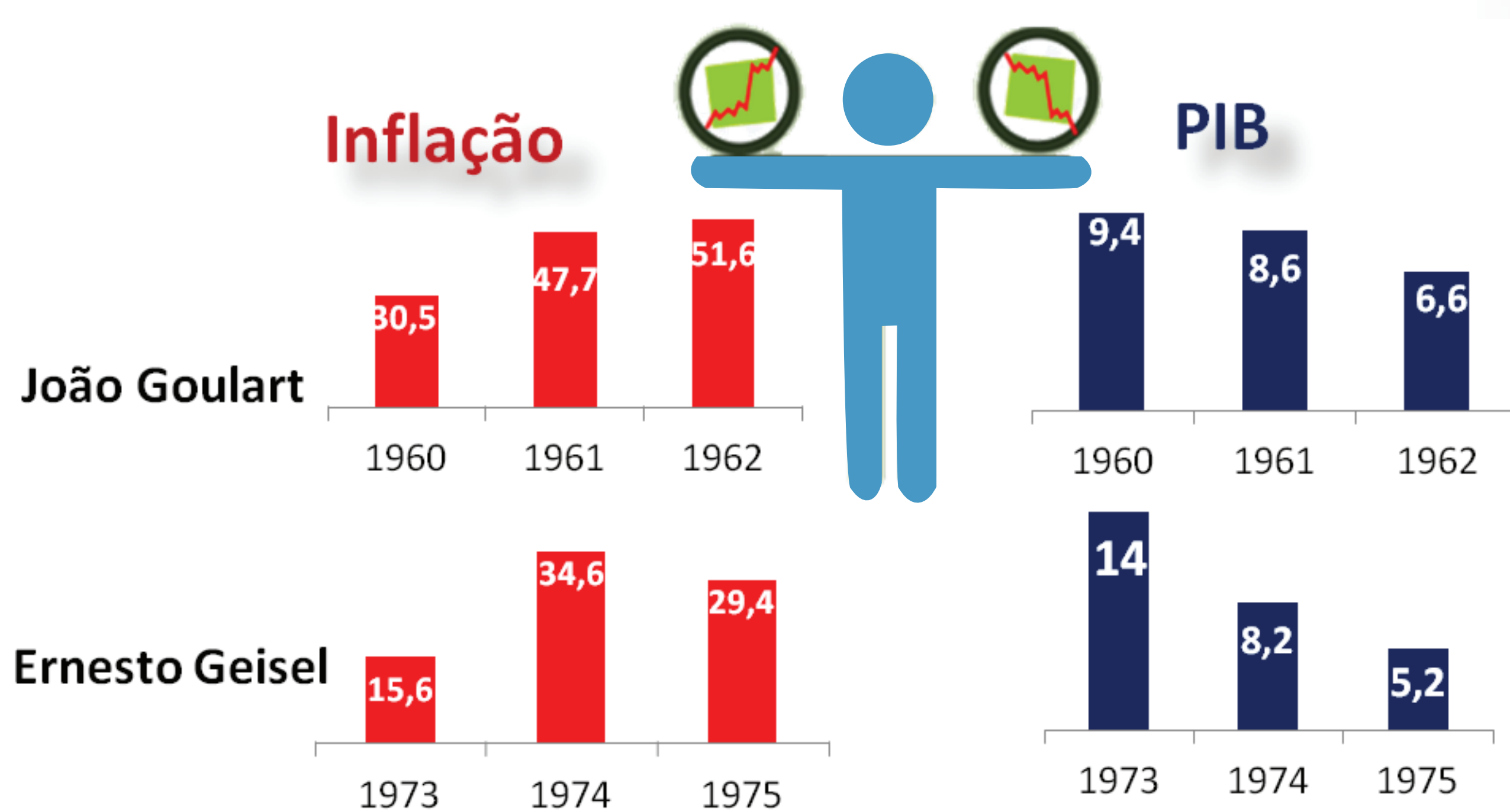
INTRODUÇÃO

Dois governos ideologicamente diferentes, em contextos históricos diferentes, marcados por baixo crescimento e inflação alta: no início da década de 1960, João Goulart, enfrentando forte oposição civil-militar, buscava legitimidade no retorno ao regime presidencialista para implantar uma política de estabilização acompanhada de reformas estruturais; dez anos mais tarde, Ernesto Geisel tentava articular um processo de distensão política que seria acompanhado por um plano econômico, o II PND, o qual também previa enfrentar a inflação a curto prazo sem comprometer o crescimento econômico. Épocas e problemas diferentes, porém uma mesma direção: o aprofundamento do processo de substituição de importações. A prioridade de internalizar na economia brasileira o setor de bens de capital e insumos básicos estava no centro das políticas tanto do governo Goulart quanto do governo Geisel para combater a crise e a dependência externa. O agente principal era comum aos dois governos: o Estado desenvolvimentista. A pesquisa envolve a formulação e a condução da política econômica de ambos os governos, envolvendo não só as semelhanças como as diferenças, entre estas no que diz respeito a fontes de financiamento, que seria interna no Plano Trienal de Goulart, ao contrário do II PND, cuja previsão era de financiamento externo para alavancar os investimentos.

OBJETIVO

Propõe-se fazer uma análise comparativa entre um conjunto de propostas do governo de João Goulart (1961-1964), ao qual identificamos como seu “projeto econômico”, e as medidas elencadas e parcialmente implementadas, dez anos depois de sua interrupção pelo golpe civil militar de 1964, pelo II PND do governo Geisel (1974-1979).

CONTEXTO ECONÔMICO



No início da década de 1960, destacam-se o arrefecimento do crescimento e a aceleração inflacionária. Essa combinação pode ser identificada como típico fenômeno de estagflação. Aproximadamente dez anos depois, Geisel tenta, sob pressão, a reversão da conjuntura: o preço do barril do petróleo quadruplicou no último trimestre de 1973 e a taxa de crescimento do PIB caiu de 14,0% para 8,2% de 1973 para 1974, enquanto a inflação, medida pelo IGP/FGV, dobrou, indo de 15,6% para 34,6% no mesmo período

CONCLUSÃO

Há elevada semelhança entre as propostas do governo Goulart e as formuladas e implantadas no governo Geisel. Resulta difícil atribuí-la a mera coincidência, ou pelo menos não se procura entender suas razões, ou tentar decifrar o possível nexos que uniria ambos os governos para apresentarem tantos traços comuns. As semelhanças são marcantes, todavia não apagam as diferenças. Estas são mais visíveis, de um lado, no que tange ao financiamento e, portanto, aos cruciais papéis reservados ao Estado e ao capital estrangeiro. E, de outro, à redistribuição de renda, que aparece com ênfase em Goulart nas várias reformas de base, como a agrária, a bancária e a fiscal (impostos progressivos), não ocorrendo da mesma forma no período do II PND. Essas diferenças registraram-se na memória histórica como as faces mais visíveis de ambos os governos - o “reformista” e o “autoritário” -, como são costumeiramente conhecidos e reconhecidos, mas entendê-las exige que tragamos à liça também as semelhanças, à primeira vista não tão evidentes e até contrárias ao senso comum - e por isso surpreendentes e, para alguns, desagradáveis.

COMPARATIVO ENTRE AÇÕES PROPOSTAS NO PLANO TRIENAL E NA MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL DE 1964 E NO II PND

Propostas	João Goulart (1961-1964): Plano Trienal e Mensagem ao Congresso Nacional de 1964	Ernesto Geisel (1974-1979): II PND
Taxa de crescimento econômico programada	7% ao ano.	10% ao ano.
Objetivos de longo prazo	Ajuste na estrutura de oferta, simultaneamente à manutenção do crescimento econômico aliado ao financiamento interno.	Ajuste na estrutura de oferta, simultaneamente à manutenção do crescimento econômico aliado ao financiamento externo.
Prioridade da Industrialização	Continuar o processo de substituição em bens de capital e insumos básicos.	Continuar o processo de substituição em bens de capital e insumos básicos.
	Redução na participação das importações no setor de bens de capital e gerar excedente exportável.	Redução na participação das importações no setor de bens de capital de 52% para 40%, além de gerar excedente exportável em torno de US\$ 200 milhões.
Recursos naturais	Aumentar a produção de aço de 3 para 5 milhões de toneladas.	Aumentar a produção de aço de 7 para 8 milhões de toneladas.
	Autossuficiência na produção de alumínio.	Triplidar a produção de alumínio.
	Aumentar a produção de zinco de 15 mil toneladas para 100 mil toneladas.	Aumentar a produção de zinco de 15 mil toneladas para 100 mil toneladas.
	Investimentos na Vale do Rio Doce e na região da Paraopeba (minério de ferro).	Projeto Carajás (minério de ferro).
Hidrelétrica	Aumentar a capacidade hidroelétrica no Rio Paraná (Projeto Sete Quedas).	Aumentar a capacidade hidroelétrica no Rio Paraná (Projeto Itaipu).
Energia nuclear	Energia nuclear (Central Nuclear do Centro Sul, posteriormente nas demais regiões).	Energia nuclear (Nuclebras).
Petróleo	Ampliar a prospecção e produção de petróleo.	Ampliar a prospecção e produção de petróleo.
	Prospecção de petróleo na plataforma litorânea.	Prospecção de petróleo na plataforma litorânea do Nordeste.
Transportes	Incentivos para ferrovias, rodovias, transporte aéreo e construção de aeroportos e hidrovias.	Incentivos para ferrovias, rodovias e hidrovias.
Incentivos	Incentivos seriam dados ao setor privado por meio do BNDE.	Incentivos foram dados ao setor privado por meio do CDE e do BNDE.
	Instrução nº 242 da SUMOC, com barreiras à importação de bens de capital.	Crédito do IPI sobre a compra de equipamentos, depreciação acelerada como incentivo fiscal, isenção do imposto de importação.
	Reserva de mercado para novos empreendimentos (similar nacional).	Reserva de mercado para novos empreendimentos (ex: lei da Informática).
Descentralização espacial dos investimentos	Atender à pressão pela modernização das regiões não industrializadas por meio de projetos de investimento para a correção dos desequilíbrios regionais.	Atender à pressão pela modernização das regiões não industrializadas por meio da descentralização espacial dos projetos de investimento.
Siderurgia	Ampliação da capacidade das empresas de siderurgia: Cia Siderúrgica Nacional, Belga-Mineira e Acesita e novos projetos como Cosipa e Usiminas.	Construção de uma siderúrgica em Itaquí (MA).
Soda de cloro	Soda de cloro na região Nordeste via empresas privadas e investimentos da Cia Nacional de Alcalis.	Soda de cloro em Alagoas.
Química e petroquímica	Forte ampliação na indústria química: soda cáustica, celulose e papel, e fertilizantes; petroquímica na Bahia e no Rio Grande do Sul.	Substituição de importações de celulose, papel e fertilizantes; fertilizantes potássicos em Sergipe e fosfato em Minas Gerais.
Petroquímica	Polos na Bahia e no Rio Grande do Sul.	Polos na Bahia e no Rio Grande do Sul.
Financiamento	As empresas estatais buscariam financiamento no sistema financeiro interno e em recursos do BNDE; dependia das reformas de base, em especial a fiscal e a bancária.	As empresas estatais sofreram restrição ao crédito interno e contenção tarifária, forçando-as ao endividamento externo; captação no sistema financeiro privado (endividamento interno).
Papel das estatais	Agente principal das transformações estruturais.	Agente principal das transformações estruturais.
Empresa nacional privada	Fortalecimento da empresa privada nacional em associação com o Estado, principalmente de bens de capital.	Fortalecimento da empresa privada nacional em associação com o Estado, principalmente de bens de capital.
Capital estrangeiro	Favorável desde que direcionados para setores não considerados estratégicos pelo governo; limitação da remessa de lucros.	Favorável.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Moreira (2011, p. 365).